



40

**SEMINÁRIO INTERNACIONAL O MUNDO
DOS TRABALHADORES E SEUS ARQUIVOS**

MEMÓRIA, VERDADE, JUSTIÇA E REPARAÇÃO

**8 a 10 de junho de 2016
São Paulo
Brasil**



Imagem: PS-110 - Pl-1 Cortejo de João Bittar Acervo Cedoc CUT

CADERNO DE RESUMOS

São Paulo | 8 a 10 de junho de 2016



4^o
**SEMINÁRIO INTERNACIONAL O MUNDO
DOS TRABALHADORES E SEUS ARQUIVOS**

MEMÓRIA, VERDADE, JUSTIÇA E REPARAÇÃO

CADERNO DE RESUMOS

São Paulo | 8 a 10 de junho de 2016

PRESIDENTA DA REPÚBLICA
Dilma Rousseff

MINISTRO DA JUSTIÇA
Eugênio José Guilherme de Aragão

DIRETOR-GERAL DO ARQUIVO NACIONAL
Ivan Fernandes Neves

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
Vagner Freitas de Moraes

SECRETÁRIO-GERAL
Sérgio Nobre

PROMOÇÃO
Arquivo Nacional/Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) -
Memórias Reveladas | Central Única dos Trabalhadores

ORGANIZAÇÃO
Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Amorj/UFRJ • Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores – Cedoc/CUT • Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Cedem/Unesp • Centro de Referência Memórias Reveladas – Arquivo Nacional – MR/AN • Grupo de Pesquisa Trabalho e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Trappus/ PUC-Rio/CNPq • Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas – NDH/UFPel • Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – NDH/UEPB – Guarabira • Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ

APOIO
Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal - Fenaec • Fundação Rosa Luxemburgo • Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - DSS/PUC-Rio • Unisoli Turismo • Sindicato dos Químicos de São Paulo

ELABORAÇÃO
Cristiane Santos de Farias | Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) -
Memórias Reveladas, Arquivo Nacional

REVISÃO
Rodrigo de Sá Netto | Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, Arquivo Nacional

PROJETO GRÁFICO E CAPA
Alzira Reis | Coordenação de Pesquisa e Difusão do Acervo, Arquivo Nacional

COMISSÃO ORGANIZADORA
Antonio José Marques e Tatiani Carmona Regos | Centro de Documentação e Memória Sindical, Central Única dos Trabalhadores

Carla Machado Lopes, Cristiane Santos de Farias e Vicente Rodrigues | Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, Arquivo Nacional
Marco Antonio S. Teixeira | Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

LOCAL
Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo | Rua Tamandaré, 348 – Liberdade – São Paulo

Sumário

7 Apresentação

9 Programa

11 Resumos

- 11 Arquivos, justiça, reparação e direitos humanos
Ramon Alberch Fugueras
- 12 Archivos post comisiones de verdad y sus impactos hoy
María Luisa Ortiz Rojas
- 13 Movimientos sociales y represion durante la dictadura en Paraguay
Rosa M Palau
- 15 El patrimonio documental para la memoria de las luchas y resistencias de los trabajadores
Valeria Barbuto
- 16 Memoria, verdad, justicia y reparación
Velia Muralles
- 17 A (in)visibilidade dos documentos da ditadura militar brasileira
Vicente A C Rodrigues
- 18 A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” e seu trabalho para a memória, a verdade e a justiça
Adriano Diogo
- 18 Comissão Camponesa da Verdade no Estado do Pará
Girolamo Domenico Treccani
- 19 Considerações acerca dos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban
Márcio Kieller

20 Repressão e resistência. O regime militar e os trabalhadores urbanos em Pernambuco
Rafael Leite Ferreira

21 As Comissões da Verdade
Rosa Maria Cardoso da Cunha

22 “Morreu na contramão atrapalhando o tráfego”: os empreiteiros de obras públicas e as políticas da ditadura para os trabalhadores da construção civil
Pedro Henrique Pedreira Campos

23 El régimen de Franco: Una dictadura de clase
Rubén Vega García

24 Dictadura, empresas y trabajadores en Argentina
Victoria Basualdo

24 O capitalismo e a ditadura militar brasileira
Demian Bezerra de Melo

26 Sexo e raça no mercado de trabalho: algumas considerações na História do Brasil do Século XX
Alvaro Pereira do Nascimento

26 Trabalhadores e favelados? Reconfigurações urbanas do Rio de Janeiro e formas de resistência dos trabalhadores favelados pelo direito à permanência
Rafael Soares Gonçalves

27 Rever generificando o mundo do trabalho: invisibilidades, resistências e inclusão social
Lídia Maria Vianna Possas

28 O processo brasileiro de justiça de transição na sequência da Comissão Nacional da Verdade
Marlon Alberto Weichert

30 Sessões de Comunicações Temáticas

30 Sessão de Comunicações I
Os arquivos do mundo dos trabalhadores da cidade e do campo
ANTONIO JOSÉ MARQUES | COORDENAÇÃO | CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA SINDICAL – CEDOC/CUT – SÃO PAULO – BRASIL

30 Sessão de Comunicações II
Justiça, reparação e direito dos trabalhadores da cidade e do campo
Martinho Guedes dos Santos Neto | COORDENAÇÃO | UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – GUARABIRA – BRASIL

31 Sessão de Comunicações III
TRABALHO, GÊNERO, RAÇA E SOCIABILIDADE NO MUNDO DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO
Lorena Almeida Gill | COORDENAÇÃO | UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – PELOTAS – BRASIL

32 Sessão de Comunicações IV
Repressão, resistência e memória dos trabalhadores da cidade e do campo
Inez Stampa | COORDENAÇÃO | CENTRO DE REFERÊNCIA MEMÓRIAS REVELADAS/ARQUIVO NACIONAL E PUC-RIO – RIO DE JANEIRO – BRASIL



Apresentação

O Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos surgiu com o objetivo de debater os conjuntos documentais mantidos nos arquivos operários, rurais, sindicais e populares, e as particularidades que envolvem o tratamento desses acervos, constituindo-se em um fórum privilegiado para a transferência de informações e de incentivo à recuperação e preservação dos arquivos dos trabalhadores e de suas organizações. Para além desse objetivo inicial, surgiram outros temas que também concernem ao mundo do trabalho e dos trabalhadores, como a necessária discussão sobre o direito à memória e à verdade e a questão da justiça e reparação para os crimes das ditaduras no Brasil e na América Latina.

A divulgação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, em dezembro de 2014, foi um importante avanço no processo brasileiro de redemocratização, significando um marco da luta pela recuperação da memória e da verdade sobre o passado recente do país, condição indispensável para a plena restituição do poder político ao povo brasileiro. Mais do que isso, o relatório foi passo importante para avançar na reparação dos crimes cometidos pela ditadura, em especial contra os trabalhadores, um dos grupos mais duramente atingidos pelo regime, como também mostraram os relatórios da Comissão Nacional da Memória, da Verdade e Justiça da CUT e o da Comissão Camponesa da Verdade, aprofundando o conhecimento sobre o funcionamento do sistema repressivo estatal e suas vítimas.

Contudo, longe de representar um ponto final, os documentos lançam questionamentos e recomendações que precisam ser discutidos e encaminhados pelo Estado e pela sociedade civil. Neste contexto, e diante do fato de inúmeras comissões da verdade estaduais, municipais, universitárias, regionais e setoriais ainda estarem em atividade, se faz fundamental o prosseguimento e a intensificação das discussões ligadas à memória, à verdade, à justiça e à reparação. Ademais, é preciso discutir o papel das empresas e dos empresários no apoio e sustentação da ditadura, situação que vem avançando principalmente na Argentina.

Com esse propósito, o 4º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos – Memória, Verdade, Justiça e Reparação será um espaço voltado para debater a recuperação e a preservação dos arquivos dos trabalhadores e também para a discussão desses grandes

temas, no Brasil e na América Latina, trazendo à tona a relação entre arquivos e direitos humanos. Reconhecendo as similaridades históricas da região, conferindo a esses tópicos o mesmo peso por todo o continente, será destacada a importância de lançar um olhar mais aprofundado sobre os múltiplos processos de redemocratização e a sua interface com o universo dos trabalhadores.

Serão realizadas conferências, mesas redondas e sessões de comunicações, girando em torno de questões pertinentes aos trabalhadores, no ambiente laboral ou cotidiano, e aos arquivos produzidos sobre eles ou pelos próprios, buscando aprimorar o entendimento sobre esse universo e recuperar temas e problemáticas, tornados invisíveis durante a ditadura, que possam contribuir para o avanço da justiça e da recuperação da memória daquele tempo. Além disso, precisamos refletir sobre a organização dos arquivos do mundo dos trabalhadores produzidos na atualidade e, para tanto, é importante um diálogo com organizações europeias, já com longa tradição de preservação e organização de acervos operários e sindicais, como fazemos desde a primeira edição do seminário.

O seminário é voltado a todos que se interessam pelo mundo dos trabalhadores, seus arquivos, sua memória e sua história. É dirigido a profissionais com atuação na área de arquivos e centros de documentação operários, rurais, sindicais e populares; a profissionais de arquivos públicos e privados que mantêm sob sua guarda acervos de organizações dos trabalhadores da cidade e do campo; a arquivistas, historiadores, cientistas políticos e sociais, documentalistas, bibliotecários e estudantes.

Programa

08/06/2016 – Quarta-feira

8h - Início do credenciamento e entrega dos materiais

9h às 10h - Ato de abertura

COORDENAÇÃO: *Sérgio Nobre* – Secretário-Geral da CUT – São Paulo – Brasil

Ivan Neves – Diretor-Geral do Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – Brasil

Vagner Freitas – Presidente Nacional da CUT – São Paulo – Brasil

10h às 12h - Conferência: Arquivos, justiça, reparação e direitos humanos

COORDENAÇÃO: *Ana Maria de Almeida Camargo* – Universidade de São Paulo – São Paulo – Brasil

Ramon Alberch Fugueras – Universidad Autónoma de Barcelona y Archiveros sin Fronteras – Barcelona – Espanha

12h às 14h - Almoço

14h às 18h - Mesa Redonda: Memória, verdade, justiça e reparação na América Latina

COORDENAÇÃO: *Sonia Maria Troitiño Rodriguez* – Centro de Documentação e Memória Cedem/Unesp – São Paulo- Brasil

María Luisa Ortiz Rojas – Museo de la Memoria y los Derechos Humanos – Santiago – Chile

Rosa M Palau – Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos – Assunção – Paraguai

Valeria Barbuto – Memoria Abierta – Buenos Aires – Argentina

Velia Muralles – Archivo Histórico de la Policía Nacional de Guatemala – Cidade de Guatemala – Guatemala

Vicente A C Rodrigues – Centro de Referência Memórias Reveladas/Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – Brasil

09/06/2016 – Quinta-feira

9h às 12h30 – Mesa Redonda: As Comissões da Verdade e os trabalhadores

COORDENAÇÃO: *Marco Aurélio Santana* – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – RIO DE JANEIRO – BRASIL

Adriano Diogo – Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo – São Paulo – Brasil

Girolamo Domenico Treccani – Universidade Federal do Pará – Belém – Brasil

Márcio Kieller – Comissão Estadual da Verdade do Paraná Teresa Urban e Central Única dos Trabalhadores – Curitiba – Brasil

Rafael Leite Ferreira – Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara – Recife – Brasil

Rosa Maria Cardoso da Cunha – ex-integrante da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

12h30 às 14h - Almoço

14h às 18h – Sessões de Comunicações

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES I – Os arquivos do mundo dos trabalhadores da cidade e do campo
COORDENAÇÃO: *Antonio José Marques* – Centro de Documentação e Memória Sindical – Cedoc/CUT – São Paulo – Brasil

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES II – Justiça, reparação e direito dos trabalhadores da cidade e do campo

COORDENAÇÃO: *Martinho Guedes dos Santos Neto* – Universidade Estadual da Paraíba – Guarabira – Brasil

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES III – Trabalho, gênero, raça e sociabilidade no mundo dos trabalhadores da cidade e do campo

COORDENAÇÃO: *Lorena Almeida Gill* – Universidade Federal de Pelotas – Pelotas – Brasil

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES IV – Repressão, resistência e memória dos trabalhadores da cidade e do campo

COORDENAÇÃO: *Inez Stampa* – Centro de Referência Memórias Reveladas/Arquivo Nacional e PUC-Rio – Rio de Janeiro – Brasil

10/06/2016 – Sexta-feira

9h às 12h30 – Mesa Redonda: A aliança empresarial-policial durante as ditaduras

COORDENAÇÃO: *San Romanelli Assumpção* – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

Pedro Henrique Pedreira Campos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Brasil

Rubén Vega García – Universidad de Oviedo – Oviedo – Espanha

Victoria Basualdo – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Buenos Aires – Argentina

Demian Bezerra de Melo – Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro – Brasil

12h30 às 14h - Almoço

14h às 17h - Mesa Redonda: Trabalho, gênero, raça e sociabilidade

COORDENAÇÃO: *Beatriz Ana Loner* – Universidade Federal de Pelotas – Pelotas – Brasil

Alvaro Pereira do Nascimento – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Nova Iguaçu – Rio de Janeiro

Rafael Soares Gonçalves – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) – Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

Lídia Maria Vianna Possas – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – Marília – São Paulo

17h às 18h30 - Conferência de encerramento

COORDENAÇÃO: *Leonilde Servolo de Medeiros*

Marlon Alberto Weichert – Procurador regional da República – Ministério Público Federal – São Paulo – Brasil

18h30 - Ato de encerramento

Resumos

CONFERÊNCIA: ARQUIVOS, JUSTIÇA, REPARAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Ana Maria de Almeida Camargo | COORDENAÇÃO | Universidade de São Paulo – São Paulo – Brasil

Professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tem se dedicado a pesquisar e orientar trabalhos acadêmicos sobre documentos e arquivos. É autora, entre outros títulos, de *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro* (Edusp e Livraria Kosmos Editora, 1993), com Rubens Borba de Moraes; *Dicionário de terminologia arquivística* (Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo São Paulo, 1996), com Heloísa Liberalli Bellotto; *Tempo e circunstâncias* (Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007) e *Centros de Memória*. Uma proposta de definição (Edições Sesc, 2015), ambos com Silvana Goulart.

Arquivos, justiça, reparação e direitos humanos

Ramon Alberch Fugueras | Universidad Autónoma de Barcelona y Archiveros sin Fronteras – Barcelona – Espanha

Ha sido director del Archivo Municipal de Girona (1978–1989), del Archivo Municipal de Barcelona (1990–2004), del Instituto Municipal de Historia de Barcelona (1992–1997), presidente de la Asociación de Archiveros de Cataluña (1986-1993) y ha dirigido el sistema de archivos de Cataluña (2004–2010). Ha sido cofundador y presidente de la organización no gubernamental Archiveros sin Fronteras (1998–2005). Se doctoró con una tesis sobre archivos, memoria y derechos humanos. Actualmente es director de la Escuela Superior de Archivística y Gestión de Documentos de la Universidad Autónoma de Barcelona. Es autor de treinta ensayos y manuales de archivística e historia, y ha sido ponente en numerosos congresos internacionales.

La conferencia pretende incidir en la correlación positiva que se establece entre la existencia de unos archivos perfectamente organizados, unas políticas de acceso y desclasificación reglamentadas en sintonía con la voluntad de transparencia y la posibilidad de generar políticas de reparación para los afectados por los regímenes represivos.

En este sentido se presentaran casos emblemáticos tanto de Europa como de América latina y, muy concretamente, se hará un especial énfasis en la necesidad de elaborar unas políticas públicas para los archivos de derechos humanos y también cómo los estados pueden propiciar acciones dinámicas en la creación y potenciación de instituciones memorizadoras en los distintos niveles.

Finalmente se procederá a reflexionar sobre la legislación nacional e internacional en la materia y en la imperiosa necesidad de superar políticas gubernamentales que incentivan la desmemoria y la impunidad.

MESA REDONDA: **Memória, verdade, justiça e reparação na América Latina**

Sonia Maria Troitiño Rodríguez | COORDENAÇÃO | **Centro de Documentação e Memória Cedem/Unesp – São Paulo - Brasil**

Possui graduação em história pela Universidade de São Paulo, formação em patrimônio cultural pela Fundación Duques de Soria/Ministério de Cultura de España e em arquivística pela Fundación Sanchez-Albornoz/Universidad de Valladolid (Espanha). Atuou como diretora do Centro de Arquivo Permanente do Arquivo Público do Estado de São Paulo, além de trabalhar prestando consultoria nas áreas de pesquisa histórica e organização de acervos para diversas instituições. Doutora em história social pela Universidade de São Paulo, tendo desenvolvido pesquisa na linha temática Historiografia e Documentação, e professora do Departamento de Ciências da Informação da Unesp-Marília nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia. Tem experiência na área de ciência da informação, com ênfase em arquivologia. É coordenadora do Centro de Documentação e Memória da Unesp - Cedem. Foi coordenadora do Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (CEDHUM/ FFC/Unesp–Marília, gestão 2012–2014), sendo na atual gestão vice-coordenadora (2014–2015). É pesquisadora dos grupos de pesquisa Gênese Documental Arquivística e Cultura & Gênero.

Archivos post comisiones de verdad y sus impactos hoy

María Luiza Ortiz Rojas | **Museo de la Memoria de Chile**

Egresada de licenciatura en literatura; bibliotecaria documentalista e investigadora en derechos humanos. Coautora de investigaciones y publicaciones en temas de información, derechos humanos y memoria; expositora en diversos seminarios nacionales e internacionales. Entre 1985 y 2001 trabajó en la Corporación de Promoción y Defensa de los Derechos del Pueblo (Codepu) en sus Programas de Salud Mental y de Investigación y Documentación; entre el 2002 y 2006 se desempeñó como documentalista en el Programa de Derechos Humanos del Ministerio del Interior, desde el 2006 al 2009 fue asesora en derechos humanos, archivos e información en la Comisión Presidencial para las Políticas de Derechos Humanos, del gobierno de Michelle Bachelet, incorporándose en el 2008 al equipo del proyecto Museo de la Memoria como responsable de la formación de sus colecciones. A partir de enero del 2010 es jefa del área de colecciones e investigación del Museo de la Memoria y los Derechos Humanos de Chile (MMDH).

Los archivos han sido un componente esencial para avanzar en justicia, reparación y memoria en los procesos de justicia transicional. Las comisiones de verdad y otros mecanismos de investigación han sustentando gran parte de la reconstrucción de la verdad, el esclarecimiento de los hechos y la calificación

de las víctimas, en los archivos aportados por las organizaciones de defensa, las agrupaciones de familiares y por las propias víctimas.

Estos procesos desarrollados en contextos democráticos post dictatoriales han instalado nuevos escenarios de discusión y demanda ciudadana, especialmente en lo que respecta al acceso a archivos y documentación de instituciones del estado involucradas en los crímenes, para avanzar en los procesos de investigación.

La presente ponencia se enfocará, en primer lugar, en la revisión de cómo se ha abordado en las comisiones de verdad de Chile el tema de los archivos, tanto durante su periodo de funcionamiento, como luego de la finalización de sus labores; las recomendaciones en torno a los archivos y el marco legal que han generado con posterioridad. Como segundo punto de interés, también haremos una reflexión sobre el impacto de los archivos en los procesos de verdad, justicia, reparación y memoria, así como sobre los debates respecto a su existencia y ocultamientos –en los casos de archivos generados por agentes e instituciones de seguridad de la dictadura–, las restricciones y los accesos; los usos y las responsabilidades de su preservación.

Para finalizar, analizaremos el actual escenario de un proceso que se ha visto enriquecido por una mayor participación de actores que se han hecho parte de los debates sobre recuperación y acceso público. Esto, sin duda, da cuenta de una valoración de los archivos como un patrimonio insustituible para la reconstrucción de nuestra memoria histórica y el fortalecimiento de la democracia.

Movimientos sociales y represión durante la dictadura en Paraguay

Rosa M. Palau | **Museo de la Justicia, Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos – Assunção – Paraguai**

Coordinadora del Museo de la Justicia, Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos. Diplomada en políticas públicas y administración de justicia (UCA, Asunción, Paraguay). Licenciada en matemáticas por la Universidad Católica Ntra. Sra. de la Asunción (Asunción Paraguay). Realización de Curso de Tratamiento Documental y Organización de Archivo (NNUU/Docpal, Santiago, Chile). Participación en cursos de formación en derechos humanos, seminarios y talleres sobre historia reciente y memoria a nivel nacional e internacional. Participación en talleres sobre digitalización y conservación de fondos documentales (NSA Washington, USA; INA/TN-Santiago, Chile). Consultora de la Comisión de Verdad y Justicia paraguaya (Asunción, Paraguay). Publicaciones de dos libros en coautoría, artículos en revistas y periódicos nacionales e internacionales; elaboración de materiales en soporte electrónico sobre historia reciente dirigido a estudiantes.

Para estudiar la dictadura en Paraguay (1954-1989), la dividimos en tres periodos: Consolidación, Auge y Decadencia. Cada uno de ellos presenta características propias, bien marcadas y documentadas en los archivos

policiales hallados en diciembre de 1992 y otros que posteriormente fueron incorporándose. Desde la llegada de la documentación al Poder Judicial, la Corte Suprema de Justicia asume la decisión de custodiarlos. Por resolución N° 81 crea en marzo de 1993 el Centro de Documentación y Archivo para la defensa de los Derechos Humanos y posteriormente en diciembre de 2007, le brinda un espacio relevante y más accesible al público en la Planta Baja del Palacio de Justicia convirtiéndolo en Museo de la Justicia, Centro de Documentación y Archivo para la defensa de los Derechos Humanos.

El acervo documental disponible pertenece originalmente a la policía política de la dictadura, Departamento de Investigaciones, Departamento Judicial y la Dirección Nacional de Asuntos Técnicos y algunas comisarias. Los mismos aportan pruebas documentales, fotográficas y materiales de audio, estos últimos, producto de los controles que la dictadura ejercía en todas las actividades realizadas, reuniones políticas, asambleas, paneles de radios, homilías en las iglesias, festivales, etc.

Breve descripción de las etapas señaladas en el primer párrafo:

Consolidación (1954-1962 aprox.). Para lograr consolidarse en el poder no solo era necesario reprimir o llevar adelante detenciones arbitrarias, ejecuciones extra judiciales, era necesario rodearse de partidarios fieles por lo que era necesario depurar el partido que lo llevó al poder (Partido Colorado) y las fuerzas armadas. En este proceso muchos militares constitucionalistas fueron expulsados, otros detenidos y remitidos a cárceles militares (campos de concentración) ubicados en la Región Occidental como Km 180; Ingavi, La Gerenza, Peña Hermosa entre otros.

Otros frentes de resistencia al gobierno, fueron los estudiantes y los trabajadores quienes organizan la Gran Huelga Nacional a finales de los años 1950, que culmina con detenciones, expulsiones del país, el copamiento de la Central Nacional de Trabajadores por personeros aliados a la dictadura, el desmantelamiento de la Cámara de representantes que hasta entonces estaba compuesta por representantes de todos los partidos políticos para posteriormente recomponerla con la mayoría de sus miembros pertenecientes al partido de gobierno y un sector del Partido Liberal. Las columnas guerrilleras, otro frente abierto fue el de la guerrilla, el Frente de Liberación Nacional (Fulna) y el Movimiento 14 de mayo.

El Auge (1964-1978 aprox.) Continúa la represión en la capital y se extiende al campo. Las Ligas Agrarias Campesinas son reprimidas con violencia, saqueadas sus tierras, expulsados miembros de diferentes iglesias. En el ámbito regional, la firma de acuerdo entre los gobiernos militares de la región denominada “Operación Cóndor” en 1975, que dejó más de 150.000 ciudadanos americanos muertos y/o desaparecidos.

Finalmente, la Decadencia (1979-1989). Con el cambio de política internacional de los EE.UU. llegaron a Paraguay el bloqueo económico, las exigencias de

libertad para los presos políticos, los pedidos de informes sobre desaparecidos. Las marchas y manifestaciones se realizan con mayor frecuencia, las represiones violentas son más visibles, la tecnología avanza y es posible tomar conocimiento de esto a través de los noticieros de los canales de televisión, se clausuran medios de comunicación (Radio Ñandutí y ABC Color).

La dictadura no daba para más, en febrero de 1989 un golpe militar encabezado por el Gral. Rodríguez, consuegro de Stroessner, pone fin a casi 35 años de dictadura.

El patrimonio documental para la memoria de las luchas y resistencias de los trabajadores

Valeria Barbuto | **Asociación Memoria Abierta – Argentina**

Directora de la asociación civil Memoria Abierta, Acción Coordinada de Organizaciones de Derechos Humanos (www.memoriaabierta.org.ar). Antropóloga egresada de la Universidad de Buenos Aires con estudios de posítulo en democratización y derechos humanos del Centro de Derechos Humanos de la Facultad de Derecho de la Universidad de Chile. Participó en diversos proyectos sobre archivos y derechos humanos, construcción de memoria colectiva sobre el terrorismo de Estado, políticas de reparación a las víctimas, procesos de verdad y de justicia sobre graves violaciones a los derechos humanos y en abordajes de estos temas desde la perspectiva de género.

La construcción de memoria sobre violaciones a los derechos humanos es un ejercicio constante por parte de distintos grupos sociales. Para los trabajadores y los organismos de derechos humanos, este ejercicio de memoria es constitutivo de su identidad. En Argentina y gran parte de América Latina, en la última década creció la participación del Estado en políticas públicas de memoria, verdad y justicia. De esta manera, a la movilización social se sumó el reconocimiento de las obligaciones estatales y la importancia de la memoria para la promoción de los derechos humanos en el presente.

Este proceso histórico es un avance sustancial en la lucha contra la impunidad y el fortalecimiento de la democracia, pero no es un proceso estable ni concluido. Para lograr que esta memoria perdure y crezca es necesario profundizar la diversidad y pluralidad de las voces de las memorias. En este sentido, los organismos de derechos humanos trabajamos para promover las memorias de grupos, minorías, perspectivas geográficas y experiencias diversas. Este mosaico de memorias enriquecerá desde los límites temporales del período del terrorismo de Estado hasta los hitos históricos destacables.

Para realizar estas acciones es fundamental profundizar vínculos con los sindicatos, gremios y asociaciones de trabajadores y desarrollar acciones conjuntas. Así podremos ampliar miradas sobre los objetivos, métodos y consecuencias de la represión tanto como generar reflexión sobre los problemas actuales de los trabajadores.

En este contexto, trabajamos para acrecentar el patrimonio documental de la memoria de cara a contar con mayor capacidad de acción en el campo de lo social como así también en la incidencia sobre los Estados. Memoria Abierta produce testimonios orales, identifica archivos y los hace accesibles a la consulta y elabora otras fuentes para sumar a las discusiones actuales. Entre ellas, la responsabilidad de actores civiles y empresariales en delitos de lesa humanidad, las prácticas autoritarias que perduran hasta el presente, y la historia de las luchas por el reconocimiento de derechos.

Memoria, verdad, justicia y reparación

Velia Muralles | **Archivo Histórico de la Policía Nacional de Guatemala**

Arquivera, analista documental del Archivo Histórico de la Policía Nacional, AHPN, de Guatemala. Consultora nacional e internacional en el análisis de documentos del AHPN. Perita nombrada por el Ministerio Público y la Corte Interamericana de Derechos Humanos – CIDH – en casos que juzgan hechos de graves violaciones cometidos durante el conflicto armado interno. Investigadora de la Comisión para el Esclarecimiento Histórico, CEH, de Guatemala. Docente invitada en la Escuela de Archivística de la Universidad de San Carlos de Guatemala y en la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Flacso, sobre temáticas relacionadas con los archivos y los derechos humanos, el valor probatorio del documento de archivo.

El aporte del Archivo Histórico de la Policía Nacional se enmarca en los hechos trágicos ocurridos durante el Conflicto Armado Interno (CAI) que sufrió el pueblo de Guatemala en la segunda mitad del siglo XX (1960-1996) y el descubrimiento fortuito del Archivo de la Policía Nacional, fuerza de seguridad que aplicó la política contrainsurgente implementada por el Estado. Este acervo documental oficial se constituye en testimonio del actuar de las fuerzas de seguridad e inteligencia en una de las etapas más trágica y devastadora de la historia reciente del país, contiene información esencial para el ejercicio de derechos individuales y colectivos. El acceso público a la información oficial que contienen sus documentos ha sido trascendente en la búsqueda de la verdad y la justicia en Guatemala. Producto de ello surgió una trilogía constituida por los testimonios de las víctimas, familiares y testigos; la evidencia antropológica y genética forense, y medios de prueba documental, que en su conjunto han contribuido de manera decisiva a dar un impulso histórico a la lucha contra la impunidad en los procesos que juzgan delitos de lesa humanidad cometidos durante el CAI. El AHPN contribuye a preservar la memoria histórica, a esclarecer la verdad, alcanzar la postergada justicia, a recuperar la dignidad de las víctimas, sus familiares, el pueblo de Guatemala y sus nuevas generaciones y a la no repetición. “Guatemala Nunca Más” al oprobio vivido por tus hijos.

A (in)visibilidade dos documentos da ditadura militar brasileira

Vicente A C Rodrigues | **Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas - Arquivo Nacional do Brasil**

Mestre em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro do grupo de pesquisa do CNPq Trabalhadores e Ditadura Civil-Militar no Brasil, da PUC-Rio. Assessor da direção-geral do Arquivo Nacional para o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964–1985) – Memórias Reveladas.

A apresentação tem por objetivo promover uma reflexão sobre o acesso público, no Brasil, às informações contidas em documentos produzidos ou acumulados por órgãos de inteligência e de polícia política durante o período de 1964-1985, isto é, durante a chamada ditadura militar brasileira. Ao mesmo tempo, situa esse acesso no contexto da chamada “justiça de transição” – compreendida como a concepção de justiça associada a períodos de mudança política, caracterizados por respostas no âmbito jurídico que têm por objetivo enfrentar os crimes cometidos por regimes opressores do passado.

No contexto da justiça de transição brasileira, ao lado de iniciativas voltadas para o acesso à documentação do período e, conseqüentemente, para a difusão de informações anteriormente não disponíveis à cidadania brasileira, coexistem ações e estratégias que visam à ocultação e/ou destruição de documentos e informações, de forma a impedir o seu acesso e, assim, limitar as narrativas possíveis sobre o que ocorreu no Brasil durante o último período ditatorial.

A esse movimento pendular, denominamos (in)visibilidade, que se refere, de forma geral, a forças contraditórias que levam ora ao acesso à documentação da ditadura, e ora impedem esse acesso, revelando a existência de tensões e disputas sobre essa documentação em tempos de justiça de transição brasileira. Esses movimentos serão exemplificados a partir da análise de quatro casos específicos, ocorridos entre os anos de 1990 e 2015.

MESA REDONDA: AS COMISSÕES DA VERDADE E OS TRABALHADORES

Marco Aurelio Santana | **COORDENAÇÃO | Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil**

Professor associado de sociologia do Departamento de Sociologia (DS) e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA-UFRJ). Possui graduação em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985), mestrado em sociologia e antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992) e doutorado em sociologia e antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998). Foi visiting PhD student na University of Manchester (1995/1996). Realizou pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess) (2005–2006). Atualmente é diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ) e presidente da Comissão de

Altos Estudos do Memórias Reveladas – Arquivo Nacional. Tem experiência na área de sociologia, com ênfase em sociologia do trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, trabalhadores, lutas sociais e ditadura militar.

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” e seu trabalho para a memória, a verdade e a justiça

Adriano Diogo | Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo – São Paulo – Brasil.

Foi presidente da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” e deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores, entre outros cargos públicos e mandatos políticos.

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, criada por resolução da Alesp, foi instalada no fim de fevereiro de 2012, antes mesmo da Comissão Nacional, e teve como diretrizes o trabalho com os familiares dos mortos e desaparecidos políticos e a luta pela construção da sociedade democrática, combatendo o legado autoritário. Seu principal método de trabalho foram as 157 audiências públicas, que acabaram levando a própria Comissão Nacional a também realizá-las. Publicou três livros: *Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos* (2013), sobre o Caso Araguaia; *“Bagulhão”: a voz dos presos políticos contra os torturadores* (2014), com a denúncia feita pelos presos políticos de São Paulo, em 1975, com nomes ou codinomes de 233 torturadores; e *Infância roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil* (2014), sobre crianças perseguidas, torturadas ou banidas. Entre as ações para memória, verdade e justiça, buscou junto à Defensoria Pública de SP a retificação de assento do óbito de mortos e desaparecidos políticos, realizou atos públicos como o que exigiu a transformação da delegacia onde era o DOI-Codi/SP em local de memória, e auxiliou o Ministério Público Federal na instrução de ações contra os agentes da repressão. Pesquisou diversos temas, inclusive a perseguição aos trabalhadores, o assassinato do presidente Juscelino Kubitschek (caso não investigado pela Comissão Nacional) e o envolvimento do consulado dos EUA com o Dops/SP. O relatório final, com 26 capítulos e milhares de páginas de documentos e anexos, foi publicado virtualmente em março de 2015 e sua plataforma de leitura (*Verdade Aberta*) recebeu menção honrosa no prêmio Viva Leitura, do governo federal, neste ano.

Comissão Camponesa da Verdade no Estado do Pará

Girolamo Domenico Treccani | Universidade Federal do Pará – UFPA

Advogado e professor da Faculdade de Graduação e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA. Integra a Clínica de Direitos Humanos da Amazônia.

Consultor jurídico da Federação dos Trabalhadores na Agricultura - Fetaagri-Pará, da Malungu/Pará, da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescente de Quilombo do Estado do Pará, da Comissão Pro-Índio de São Paulo e membro da Comissão Camponesa da Verdade. Tem experiência na área de direito, com ênfase em direito agrário, ambiental e civil, atuando principalmente nos seguintes temas: terra, legislação agrária, grilagem, Pará, meio ambiente e Amazônia. Prêmio Advogado José Carlos Dias Castro concedido pela OAB/PA pela atuação na defesa dos Direitos Humanos (2015).

O Estado do Pará transformou-se nas últimas décadas no palco de graves violações dos direitos humanos perpetradas contra camponeses e populações tradicionais. Por meio da política de “integração e desenvolvimento nacional” o regime militar, e os governos civis que os sucederam, favoreceram a expansão da fronteira agrícola e o avanço do capitalismo no campo.

A federalização das terras, a grilagem, a construção de grandes obras, a invisibilização das populações tradicionais, sobretudo povos indígenas, quilombolas e agroextrativistas negando-lhes o reconhecimento de seus direitos territoriais, são características deste período.

O mais grave, porém, foi o clima de violência instalado no campo: enquanto de um lado se estimulava a migração de camponeses pobres dos demais estados brasileiros, do outro eram concedidos incentivos fiscais favorecendo a instalação de projetos agropecuários. A disputa entre estas frentes de ocupação resultou no assassinato de centenas de camponeses.

Os trabalhos da Comissão Camponesa da Verdade no Estado do Pará permitiram estudar dezenas de conflitos. Por meio de entrevistas com familiares das vítimas, pesquisas nos arquivos do Secretariado da Comissão Pastoral da Terra do Pará e do Secretariado Nacional da CPT comprovaram-se não só as violações de direitos humanos, mas a impunidade e falta de atuação do poder público na investigação e punição destes crimes. Atualmente a Comissão Camponesa assessora os trabalhos da Comissão da Memória e Verdade do Estado do Pará.

Considerações acerca dos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban

Marcio Kieller | Comissão Estadual da Verdade do Paraná Teresa Urban e Central Única dos Trabalhadores – Curitiba

Possui graduação em ciências sociais pela Universidade Federal do Paraná (1999) e mestrado em sociologia política pela mesma universidade (2004). Atualmente é secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores do Paraná (CUT PR) e diretor do Sindicato dos Bancários de Curitiba. Membro da Comissão Estadual da Verdade do Paraná Teresa Urban, onde coordenou o grupo de trabalho sobre partidos políticos e sindicatos. Membro da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT/Brasil.

Os movimentos sociais, sindical, dos direitos humanos e suas entidades em geral, tiveram participação fundamental no processo de construção e aprovação da lei da Comissão Nacional da Verdade. Também no Paraná, através do Fórum Paranaense de Regate da Verdade, Memória e Justiça, esses movimentos conquistaram uma lei estadual que criou a Comissão Estadual da Verdade do Paraná, que posteriormente teve seu nome alterado para Comissão Estadual da Verdade do Paraná Teresa Urban. Esta foi uma das poucas comissões oficiais constituídas nos âmbitos dos governos estaduais e municipais. Com cerca de dois anos e meio de trabalho, a comissão deixou um legado histórico, traduzido no seu acervo de história oral (oitivas, depoimentos, entrevistas), coleta de documentos, audiências públicas, convênios e parcerias que firmou com as mais variadas instituições de defesa dos direitos humanos e de resgate da verdade, memória, justiça e reparação. Nessa apresentação faremos um relato desse período e das posições defendidas enquanto representante da Central Única dos Trabalhadores do Paraná na comissão, na vaga que pela lei cabia ao Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça. O Fórum compreendeu que a CUT/PR tinha as melhores condições de fazer a representação política das entidades de trabalhadores do campo e da cidade. Como membro da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban, ficou sob minha responsabilidade o grupo de trabalho: Partidos, Sindicatos e Ditadura, que buscou fazer um levantamento histórico das lideranças e das entidades sindicais que sofreram as graves violações aos direitos humanos. A descrição deste grupo de trabalho será parte enfática da apresentação no 4º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos.

Repressão e resistência. O regime militar e os trabalhadores urbanos em Pernambuco

Rafael Leite Ferreira | Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara – Pernambuco

Doutorando em história pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre e bacharel em história pela Universidade Federal de Pernambuco. Licenciado em história pela Universidade Católica de Pernambuco. Integrante do grupo de pesquisa Poder e Relações Sociais no Norte e Nordeste (CNPq). Assessor da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC). Dedicar-se, especialmente, aos seguintes temas: história dos trabalhadores, sindicalismo urbano, memória, verdade e justiça, direitos humanos, resistência política e social durante o regime militar. É autor de *O 'novo sindicalismo' urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências* (2012) e de diversos artigos em revistas especializadas.

No curso das décadas de 1950 e 1960, o estado de Pernambuco apresentou um alto grau de crescimento e fortalecimento das esquerdas e de mobilização dos trabalhadores urbanos e do campo. Esse contexto ensejou, com o advento do

golpe civil-militar de 1964, uma dura repressão aos trabalhadores e uma série de intervenções sindicais, já nos primeiros dias do novo regime. Apesar da forte repressão, a classe trabalhadora pernambucana desenvolveu, à revelia dos dirigentes sindicais pelegos, um silencioso trabalho de luta no interior das fábricas. Esta mobilização ganhou força e foi às ruas em fins dos anos 1970, quando inúmeras greves e paralisações de diversas categorias profissionais foram deflagradas, ao mesmo tempo em que foram duramente reprimidas. A Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, criada pela lei 14.688, de 1º de junho de 2012, com a missão de esclarecer e tornar públicas as violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988 por motivação política em Pernambuco ou contra pernambucanos em outros territórios, constituiu uma relatoria específica sobre a repressão aos trabalhadores e sindicatos urbanos. Esta comunicação tem como objetivo, portanto, realizar um balanço sobre essa relatoria, demonstrando os casos de repressão estatal e de resistência dos trabalhadores urbanos em Pernambuco durante os anos do regime militar.

As Comissões da Verdade

Rosa Maria Cardoso da Cunha | ex-integrante da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro

Graduada pela Faculdade Nacional de Direito – UFRJ – 1969; Mestrado em direito penal – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Curso de doutorado em ciência política – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ; Advogada criminalista desde 1970; Nos primeiros dez anos desta atividade especializou-se na defesa de crimes políticos, com intensa atuação nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e no Distrito Federal, onde trabalhou, especialmente, junto ao Superior Tribunal Militar e Supremo Tribunal Federal. Posteriormente passou a desenvolver atividades em todos os campos da advocacia criminal, com maior destaque nos crimes contra o patrimônio e nos delitos previstos em legislação especial (crimes contra o meio-ambiente, contra o mercado financeiro, contra a ordem tributária e a economia popular, contra o consumidor, contra a propriedade industrial e intelectual, contra a saúde pública e delitos praticados pela imprensa). Membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (1999 e 2002); Professora do Curso de Especialização em Políticas Públicas e Governo da Universidade Federal do Rio de Janeiro e IUPERJ (1995/2010); Secretária-adjunta de Justiça do estado do Rio de Janeiro (1991/1994); Professora com concurso e de carreira nas universidades federais Fluminense e de Santa Catarina das disciplinas direito penal, metodologia da pesquisa, epistemologia jurídica e ciência política, onde lecionou em cursos de graduação e pós-graduação (1975/2001); Autora de vários artigos, publicações didáticas e livros na área política e jurídica; Representante do Escritório Dias e Carvalho Filho Advogados no Rio de Janeiro; Membro da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014); Membro e Presidente da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro (2015).

Comissões da Verdade em suas origens e comissões da verdade na atualidade. Significado contemporâneo do direito à verdade. Direito à verdade como instrumento de revelação e luta contra o obscurantismo e a barbárie ainda presentes na democracia brasileira. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Brasil e a perseguição dos trabalhadores durante a ditadura de 1964. Tratamento da questão pela Comissão da Verdade do Rio de Janeiro. Teses e recomendações das centrais sindicais no âmbito na CNV.

MESA REDONDA: **A aliança empresarial-policial durante as ditaduras**

San Romanelli Assumpção | COORDENAÇÃO | Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

Possui graduação em Ciências sociais pela Universidade de São Paulo (2005), mestrado em ciência política - Departamento de Ciência Política/FFLCH/USP (2008) e doutorado em ciência política também pela USP (2012). Tem experiência na área de ciência política, com ênfase em teoria política contemporânea, dentro de uma perspectiva normativa liberal igualitária, cosmopolita e feminista. Foi assessora da Comissão Nacional da Verdade nos anos de 2013 e 2014 e, atualmente, é pós-doutoranda do Iesp/Uerj.

“Morreu na contramão atrapalhando o tráfego”: os empreiteiros de obras públicas e as políticas da ditadura para os trabalhadores da construção civil

Pedro Henrique Pedreira Campos | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Brasil
Professor do Departamento de História e Relações Internacionais (DHRI) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), atuando no Programa de Pós-Graduação de História da UFRRJ (PPHR) e no Programa de Economia Política Internacional da UFRJ (Pepi). Possui graduação em história pela Universidade Federal Fluminense (2004), mestrado em história social pela mesma instituição (2007) e doutorado em história também pela UFF (2012). Atua nas áreas de história econômico-social, história da política externa brasileira, Estado e políticas públicas e no período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1988). É um dos coordenadores do Lehi (Laboratório de Economia e História da UFRRJ) e membro do Polis (Laboratório de História Econômico-social da UFF) e do Lieri (Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Relações Internacionais da UFRRJ).

A apresentação pretende analisar as políticas estatais da ditadura civil-militar brasileira (1964-1988) para os trabalhadores da construção civil, tendo em vista os interesses e o favorecimento dos empresários do setor, em particular os empreiteiros de obras públicas. Partindo de um aparato teórico-conceitual advindo do materialismo histórico, abordamos em linhas gerais as condições de trabalho proporcionadas nos canteiros de obras para os operários do

setor, suas formas de organização e as limitações impostas à sindicalização e mobilização durante o período da ditadura. Abordamos também as condições de segurança e saúde do trabalhador, os acidentes ocorridos nas obras e as formas de atuação desses trabalhadores em greves, revoltas e quebra-quebras, em particular no período final do regime. Nossas conclusões indicam que as políticas para os trabalhadores em geral e da construção civil em particular ao longo do regime eram intensamente benéficas para os empresários do setor.

El régimen de Franco: Una dictadura de clase

Rubén Vega García | Universidad de Oviedo – Espanha

Doutor em história. Professor da Universidad de Oviedo, na Espanha. Responsável pelo Archivo de Fuentes Orales para la Historia Social de Asturias. Entre 1998 e 2003 dirigiu a Fundación Juan Muñoz Zapico de CC.OO. de Asturias. Trabalha há vinte anos estudando o regime franquista e a transição democrática, investigando principalmente associativismo e cultura do trabalho, movimento operário e sindical, conflitividade social e processos de desindustrialização. É ator de vários artigos e livros, entre estes: *El movimiento obrero en Asturias durante el franquismo 1937–1977* (2013), coautor y coordinador; *Trabajadores e ditaduras. Brasil, Espanha e Portugal* (2014), coautor e coordinador; *Franquismo, oposición y transición* (2010), coautor; *Clandestinidad, represión y lucha política. El movimiento obrero en Gijón bajo el Franquismo, 1937–1962* (1998), coautor; *La reconstrucción del sindicalismo en democracia* (vol. VI de la Historia de la UGT dirigida por Santiago Castillo, 2011).

La guerra civil española fue, entre otras cosas, una guerra de clases. La derrota de las organizaciones obreras dejó paso a un régimen político estrechamente ligado a los intereses de las oligarquías financiera, industrial y terrateniente y creó un sistema de relaciones laborales que privaba a los trabajadores de todo derecho a la reclamación colectiva o la libre sindicación. El Estado creó un gran entramado legal, institucional y represivo al servicio de un objetivo prioritario que se convirtió en una de las justificaciones de la dictadura: la erradicación de la lucha de clases.

La connivencia entre la patronal y la dictadura alcanza todos los niveles, desde la regulación legal de las relaciones laborales o la imposición de sindicatos de afiliación obligatoria controlados por el Gobierno hasta la censura de prensa, la constante vigilancia policial de toda actividad reivindicativa o la existencia en el seno de las grandes empresas de una red de confidentes. Este férreo control de la protesta obrera y la estrecha relación entre el gran capital y el Estado harán que los empresarios carezcan, a lo largo de los 40 años de dictadura, de organizaciones patronales que les resultan innecesarias, en tanto que el movimiento obrero se va reconstruyendo en duras condiciones de clandestinidad. Los aparatos policiales despliegan durante todo ese tiempo

una incesante actividad de control y represión, tanto de las organizaciones de trabajadores como de los conflictos laborales y los obreros constituyen la mayoría de los detenidos, torturados y condenados.

Dictadura, empresas y trabajadores en Argentina

Victoria Basualdo | **Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Flacso – Argentina**
PhD in history por la Universidad de Columbia, investigadora del Conicet, coordinadora del Programa Estudios del trabajo, movimiento sindical y organización industrial en el área de economía y tecnología de Flacso Argentina y profesora de la Maestría en economía política (Flacso) y en otras prestigiosas instituciones académicas. Es autora de numerosos artículos y capítulos en publicaciones académicas, coautora del libro *La industria y el sindicalismo de base en la Argentina* (Cara o Ceca, 2010), y coordinadora de los libros *Transformaciones recientes en la economía argentina* (Prometeo, 2008) y *La clase trabajadora argentina en el Siglo XX: formas de lucha y organización* (Cara o Ceca, 2011), *La tercerización laboral: orígenes, impacto y claves para su análisis en América Latina* (Siglo XXI, 2014) y *Tercerización y derechos laborales en la Argentina actual* (Universidad Nacional de Quilmes, 2015). Su equipo de investigación en el AEyT de Flacso, junto con los del CELS, el Programa Verdad y Justicia y la Secretaría de Derechos Humanos (Min. de Justicia) publicaron Responsabilidad empresarial en delitos de lesa humanidad: represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado (Infojus, 2015).

En esta exposición tendrá tres objetivos principales. En primer lugar, se presentarán algunas líneas de análisis sobre la última dictadura argentina desarrollada entre 1976 y 1983, enfatizando el diálogo entre la producción en el campo de las ciencias sociales y el desarrollo del proceso de justicia en Argentina. En segundo lugar, se pondrá el foco específicamente en una mirada que permita analizar no sólo la política represiva, sino también las transformaciones en las relaciones laborales y en la estructura económica y social producida por la dictadura. En tercer lugar, se abordará específicamente la cuestión de la represión a los trabajadores en esta etapa, presentando algunos de los principales resultados tanto de investigaciones personales realizadas en la última década, como de una investigación sobre la Responsabilidad empresarial en delitos de lesa humanidad: represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado (Infojus, 2015) desarrollada entre 2014 y 2015 por cuatro instituciones argentinas AEyT de Flacso, junto con los del CELS, el Programa Verdad y Justicia y la Secretaría de Derechos Humanos (Min. de Justicia).

O capitalismo e a ditadura militar brasileira

Demian Bezerra de Melo | **Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro – Brasil**
Bacharel em História pela UFRJ (2005), mestre (2009) e doutor (2013) pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), é

atualmente prof. adjunto de história contemporânea do curso de Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (UFF), do Instituto de Educação de Angra dos Reis. Foi prof. substituto do Instituto de História da UFRJ entre 2012 e 2013, onde lecionou as disciplinas História Econômica, Social e Política do Brasil II, História da América Contemporânea e História do Brasil Contemporâneo para, respectivamente, os cursos de Ciências Sociais, Relações Internacionais e História. Em sua tese, desenvolveu pesquisa sobre o movimento sindical e o governo João Goulart (1961-1964), e como parte de um estágio docente do curso de doutorado, no segundo semestre letivo de 2010 lecionou a disciplina História do sindicalismo: historiografia e questões teórico-metodológicas, no curso de graduação em história da Universidade Federal Fluminense (UFF). É autor e organizador do livro *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo* (Rio de Janeiro: Consequência, 2014). Atuou como colaborador da Comissão Nacional da Verdade, participando da equipe de pesquisadores que elaborou o capítulo “Os civis que colaboraram com a ditadura” do relatório final da Comissão. Suas principais áreas de interesse são: história do capitalismo, historiografia e teoria da história, crises, golpe de 1964, ditadura militar, história social do trabalho e do pensamento socialista.

Na maior parte das vezes em que se fala da ditadura militar brasileira, logo vêm à tona as graves violações dos direitos humanos, os mortos e os desaparecidos políticos, as torturas, perseguições e a repressão aos movimentos sociais. Certamente não é possível falar da ditadura sem se referir a estes aspectos. Todavia é importante também situar outros que nos ajudam a entender o sentido daquele regime político, como é o caso do papel dos grandes grupos econômicos forjados naquele contexto. Nesta contribuição buscaremos destacar a relação entre a ditadura militar e o capitalismo brasileiro, de modo a permitir entender como as classes proprietárias estiveram presentes nesta dinâmica histórica desde a gênese até a estruturação daquele regime autoritário.

Mesa Redonda: Trabalho, gênero, raça e sociabilidade

Coordenação: Beatriz Ana Loner | **Universidade Federal de Pelotas – Pelotas – Brasil**
Possui graduação em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestrado em história pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999). Foi professora associada da Universidade Federal de Pelotas, participando dos mestrados de ciências sociais e de história da mesma instituição, atualmente estando aposentada. Em 2012 e 2013 foi professora visitante junto ao Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria, atuando na graduação e mestrado em história. Tem experiência nas áreas de história e sociologia com ênfase em estudos sobre o mundo do trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: movimento operário, correntes operárias, associações negras, pós-abolição.

Sexo e raça no mercado de trabalho: algumas considerações na História do Brasil do Século XX

Álvaro Pereira do Nascimento | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRJ
Concluiu mestrado e doutorado em história pela Unicamp (1995-2002), bacharelado e licenciatura em história pela UFF (1994). Em 1999, ganhou o Prêmio Arquivo Nacional com a dissertação de mestrado *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*, publicada em 2001. Em 2003, sua tese de doutorado foi vencedora do Concurso de Teses de Doutorado sobre Relações Raciais e Cultura Negra no Brasil, do Centro de Estudos Afro-Brasileiros e Fundação Ford. Em 2008, sua tese foi publicada com o título *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*, pela editora Mauad. Foi professor dos departamentos de graduação e pós de história da UFRJ e visiting scholar na Northwestern University, Evanston, Estados Unidos, onde discutiu relações raciais nas Américas e a formação do Jongo na comunidade da Serrinha. Foi membro dos seguintes programas: Pronex-Ceo, financiado pelo CNPq/Faperj; Primeiros Projetos, financiado pelo CNPq/Faperj; Cruzando Fronteiras, financiado pelo Procad/Capes, e coordenador responsável pela digitalização do jornal *Correio da Lavoura*, financiado pela Secretaria Estadual de Cultura - RJ. Atualmente é professor associado do curso de graduação em história da UFRJ (campus Nova Iguaçu) e do Programa de Pós-Graduação em história da mesma universidade. É pesquisador em produtividade do CNPq.

No mundo do trabalho, as diferenças entre os indivíduos ultrapassam a identidade de classe. Por um lado, há forte interesse de empresários, comerciantes, industriais e outros empregadores em manter diferenças salariais entre pessoas de diferentes gêneros e cores. Por outro, o machismo leva colegas homens a se verem ameaçados por mulheres (cis ou transgênero), e, por isso, as desqualifica, as desautoriza, as oprime e as humilha. A cor também é um elemento fundamental neste cotidiano do mercado de trabalho. Negros e negras ocupam os ofícios menos remunerados e, mesmo com qualificação, necessitam enquadrar-se em outros que não desejavam para si. Esta comunicação discutirá parte sumária dos avanços e recuos de mulheres e homens negros(as) nos espaços de trabalho no Brasil do século XX.

Trabalhadores e favelados? Reconfigurações urbanas do Rio de Janeiro e formas de resistência dos trabalhadores favelados pelo direito à permanência.

Rafael Soares Gonçalves | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio
Possui graduação em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001), graduação em filosofia pela Faculdade João Paulo II (RJ) (1997), mestrado em *Dynamiques Comparées Des Sociétés En Développement* - Université de Paris VII - Université Denis Diderot (2003) e doutorado em *Histoire et civilisations* - Université de Paris VII - Université Denis Diderot (2007) e pós-doutorado no Laboratório de Antropologia da escrita da École des Hautes

Études en Sciences Sociales - Ehes (2008). Desde 2009 é professor adjunto do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É Jovem Cientista do Nosso Estado (2012-2014/2015-2017). Em uma perspectiva interdisciplinar, suas pesquisas se concentram sobretudo no campo da história urbana e do direito urbanístico.

O período do pós-guerra trouxe uma nova reflexão política no enfrentamento dos problemas suscitados pelas favelas. Apesar de consideradas como espaços ilegais desde a promulgação do Código de Obras do Distrito Federal em 1937, as favelas foram toleradas dentro de um esforço que não induzisse um reconhecimento de fato, ou seja, essas tinham que manter seus aspectos precário e provisório. As favelas sempre exerceram na metrópole carioca um papel de bairros operários, particularmente nas áreas mais industrializadas da cidade e que, em muitos casos, no pós-guerra, estavam em plena reconfiguração de seu papel na capital com a expulsão de suas fábricas e a invasão da incorporação imobiliária. Esse processo de reconfiguração urbana foi permeado de ações violentas nas favelas por parte do Estado e de grileiros, que se traduziam por expulsões arbitrárias e pela negação de direitos aos favelados. O presente trabalho se interessa, assim, sobre esses conflitos e suas repercussões urbanas. Procura-se, sobretudo, compreender as lutas empreendidas pelos favelados no enfrentamento do problema habitacional, que se voltou precocemente, no Rio de Janeiro, à luta dos favelados pelo direito de permanência.

Rever *generificando* o mundo do trabalho: invisibilidades, resistências e inclusão social

Lídia Maria Vianna Possas | Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – Unesp
Livre-docente em história, relações de gênero e feminismo na América Latina, sendo pós-doutora junto ao Programa Interdisciplinar de Ciências Humanas e o do Instituto de Estudos de Gênero/UFSC e junto ao Archivo Provincial de la Memoria em Córdoba na Argentina. Realizou doutorado em história social pela Universidade de São Paulo / USP (1999) e mestrado em história (Unesp/Assis) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1992). Possui graduação em história pela Universidade Federal Fluminense/UFF (1968), e graduação em supervisão escolar (1984), em estudos sociais (1978) e pedagogia (1980). Atualmente é professora assistente doutora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (desde 1995). Tem experiência na área de história, com ênfase em história do Brasil República e América Latina atuando nos cursos de ciências sociais e relações internacionais.

A possibilidade de *genderizar* as abordagens históricas tradicionais deu maior visibilidade a presença feminina no espaço público e, principalmente, no mundo do trabalho. Reverteu as construções homogêneas e, rompendo

o silêncio, deu vez e voz aos protagonismos das mulheres e suas demandas específicas. Os relatos de vida, orais e escritos, traduzindo as suas experiências vivenciadas no cotidiano e existência, associados às preocupações com a preservação da memória, fornecem contribuições efetivas para a ampliação da cidadania e a inclusão social de todas as pessoas.

Conferência de encerramento

Leonilde Servolo de Medeiros | COORDENAÇÃO | **Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFFRJ**

Bacharel e licenciada em ciências sociais pela Universidade de São Paulo (1971). Mestre em ciência política pela Universidade de São Paulo (1983) e doutora em ciências sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1995). Atualmente é professora associada IV no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFFRJ). Tem pesquisado, sob uma perspectiva sociológica, temas como movimentos sociais, relações entre direito e conflitos sociais rurais, políticas fundiárias, assentamentos rurais, dimensões políticas do agronegócio. Participou da Comissão Camponesa da Verdade e coordena a pesquisa Conflitos e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro, realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj), para subsidiar a Comissão da Verdade do Estado do Rio de Janeiro. É pesquisadora nível 1C do CNPq e foi contemplada pelo Programa Cientista do Nosso Estado da Faperj nos períodos 2003–2008, 2010–2013 e 2015–2017. Secretária da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (Alasru) entre 2007 e 2010 e presidente da Rede de Estudos Rurais, de 2010 a 2012.

O processo brasileiro de justiça de transição na sequência da Comissão Nacional da Verdade

Marlon Alberto Weichert | **Procurador regional da República – Ministério Público Federal – São Paulo – Brasil**

Procurador regional da República há vinte anos, atuando majoritariamente na área de promoção e proteção dos direitos humanos. Durante os últimos 15 anos atuou nas diversas áreas de implementação de medidas de justiça transicional. Foi precursor na defesa da obrigação do Ministério Público brasileiro adotar medidas para responsabilizar os autores de graves violações aos direitos humanos durante a ditadura militar, de acordo com o direito internacional dos direitos humanos. Atuou também para a busca e identificação de restos mortais de desaparecidos políticos, a criação da Comissão Nacional da Verdade, a alteração da legislação que permitia o sigilo eterno de documentos públicos e a instituição de espaços de memória. Coordena o site Brasil Nunca Mais Digital, com o qual divulga-se na rede mundial de computadores a integralidade dos 850 mil documentos que compõem o acervo do projeto Brasil: Nunca Mais, realizado pela

Arquidiocese de São Paulo e o Conselho Mundial de Igrejas nos anos 1980. Coordena o Grupo de Trabalho Memória e Verdade da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e é apontado como especialista em justiça de transição pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pelo Centro pela Justiça e o Direito Internacional – Cejil. É membro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Formado em direito pela Universidade Federal Fluminense, é mestre em direito do Estado pela PUC/SP e pesquisador convidado do Center for Human Rights and Global Justice, da Faculdade de Direito da New York University. É autor dos livros *Justiça transicional e Direito à saúde* e a federação brasileira, assim como de diversos artigos sobre direitos humanos.

A Comissão Nacional da Verdade entregou o seu relatório final em dezembro de 2014, tendo alcançado duas conclusões principais: que a ditadura militar que governou o país de 1964 a 1985 cometeu crimes contra a humanidade; e que a grave violação de direitos humanos permanece em curso, em decorrência da elevada violência policial. Um ano e meio após, não se identificam indícios de que o relatório da Comissão Nacional da Verdade está sendo levado a sério por governos. Ademais, o processo de justiça transicional parece estar paralisado e, talvez pior, a atual crise política ressuscita temores sobre a superação do legado autoritário e a consolidação democrática no país. A conferência irá contextualizar a criação e o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade no processo de justiça transicional no Brasil e fará uma análise das contribuições, desafios e frustrações ao fim de seu mandato. Será, também, um momento de reflexão sobre a capacidade das estratégias de justiça de transição de efetivamente contribuir para o fortalecimento democrático e a garantia de não-recorrência. Finalmente, a conferência buscará relacionar as deficiências do processo transicional no Brasil com a crise democrática que se atravessa na atualidade, com ênfase na evolução e consolidação das instituições.

SESSÕES DE COMUNICAÇÕES TEMÁTICAS

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES I – Os arquivos do mundo dos trabalhadores da cidade e do campo

Antonio José Marques | COORDENAÇÃO | Centro de Documentação e Memória Sindical – Cedoc/CUT – São Paulo – Brasil

Mestre em história social. Formação em arquivística pela Universidade Carlos III de Madri. Coordenador técnico do Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores (Cedoc/CUT). É pesquisador na área de história do movimento operário e sindical e atua no âmbito arquivístico sendo autor de artigos e organizador de livros com essas temáticas. Assessor da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT, editou o livro sobre sindicalistas assassinados e desaparecidos durante a ditadura militar e o relatório final da comissão.

Esta sessão tem por objetivo o intercâmbio de experiências sobre temas relacionados a estudos, projetos e trabalhos de recuperação, organização, preservação e disponibilização de fundos, coleções e documentos vinculados ao mundo dos trabalhadores da cidade e do campo. Nessa perspectiva, as propostas podem, ainda, abordar arquivos referentes às comissões da verdade, bem como aos movimentos sociais e grupos organizados para a defesa de direitos relacionados a questões como raça, etnia e gênero. Comunicações que tratem de políticas de implantação de arquivos e centros de documentação em entidades dos movimentos sociais e sindicais, organizações políticas e partidárias e em órgãos públicos e privados devem referenciar experiências desenvolvidas em instituições que promovam a organização, preservação e difusão pública de documentação de valor histórico e cultural.

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES II – Justiça, reparação e direito dos trabalhadores da cidade e do campo

Martinho Guedes dos Santos Neto | COORDENAÇÃO | Universidade Estadual da Paraíba – Guarabira – Brasil

Doutor em história pela Universidade Federal de Pernambuco (2014). Mestre em história pela Universidade Federal da Paraíba (2007) e graduado em história pela Universidade Federal da Paraíba (2003). Atualmente é professor adjunto A, da Universidade Estadual da Paraíba. Líder do grupo de pesquisa do CNPq: Trabalho, Cultura e Poder. Coordena o Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidade da Universidade Estadual da Paraíba, campus de Guarabira.

Esta sessão busca agregar pesquisadores que discutam de forma abrangente as questões abordadas pelas comissões da verdade estabelecidas em diversos países da América Latina no âmbito das diferentes transições democráticas. Pretende-se trazer para o debate os relatórios destas comissões no que tange aos trabalhadores e às reparações a que têm direito. Serão aceitas pesquisas que discutam os acessos dos trabalhadores à Justiça e suas lutas por direitos, além de trabalhos sobre processos judiciais que demandaram ou possam demandar a consulta aos acervos trabalhistas. Os diálogos com pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, que valorizem a interdisciplinaridade para o estudo das classes trabalhadoras e os processos judiciais a elas referentes, também contribuem para entendermos a complexidade de nossas problemáticas e ampliarmos as possibilidades de respostas.

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES III – Trabalho, gênero, raça e sociabilidade no mundo dos trabalhadores da cidade e do campo

Lorena Almeida Gill | COORDENAÇÃO | Universidade Federal de Pelotas – Pelotas – Brasil

Possui graduação em história pela Universidade Federal de Pelotas (1988), mestrado (1998) e doutorado em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004). Realizou o seu pós-doutorado junto a Università Degli Studi di Siena, Itália (2008–2009). É professora associada da Universidade Federal de Pelotas, do Departamento de História. Tem experiência na área de história, com ênfase em história contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: construção de narrativas, mundos do trabalho e saúde e doença. Coordena o Núcleo de Documentação Histórica e o Laboratório de História Oral do ICH/UFPel. É membro da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), tendo sido sua diretora regional sul entre os anos de 2010–2012. Faz parte do corpo docente permanente do mestrado em sociologia e do mestrado em história. Foi diretora de pós-graduação da UFPel e vice-diretora do Instituto de Ciências Humanas. Atualmente é assessora do reitor e atua como tutora do PET, cujo tema central é diversidade e tolerância.

Esta sessão pretende reunir pessoas interessadas em discutir, ouvir e/ou apresentar pesquisas sobre questões que envolvam os diversos tipos de trabalhadores e trabalhadoras no ambiente de trabalho e fora dele, no cotidiano. No ambiente de trabalho pretende-se discutir as onipresentes relações de gênero, etnia, raça, sexualidade e as formas de opressão, repressão, discriminação e sociabilidades, envolvendo estas identidades. No cotidiano, entendemos que o trabalhador é também um morador de uma localidade, um membro de uma dada comunidade, um cidadão, com cultura e hábitos de lazer e vivência próprios, e pretendemos integrar estas facetas à construção de sua identidade.

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES IV – Repressão, resistência e memória dos trabalhadores da cidade e do campo

Inez Stampa | COORDENAÇÃO | Arquivo Nacional e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio – Rio de Janeiro – Brasil

Doutora em serviço social. Coordena o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964–1985) – Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional. É professora adjunta da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e pesquisadora na área de serviço social, trabalho e políticas sociais, com ênfase em estudos sobre o trabalho, desenvolvendo, principalmente, os seguintes temas: trabalho, trabalhadores, sindicalismo, política social e memória social. Lidera o Grupo de Pesquisa Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus) da PUC-Rio/CNPq e é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

As propostas de comunicações deverão resultar de pesquisas que evidenciem:

a) atos de violação de direitos (perseguição, tortura, desaparecimento, assassinato, exílio, agressões físicas e psicológicas, etc.) contra trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade no Brasil e/ou em outros países da América Latina; b) ações de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, e de atores e entidades parceiras dos trabalhadores (como entidades sindicais, organizações das igrejas, advogados, etc.), a práticas violentas cometidas contra eles; c) ações coletivas dos que lutavam por terra, moradia, direitos trabalhistas, democracia, etc.; d) articulação entre agentes públicos e privados, em especial empresas, na repressão aos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade e às suas entidades parceiras nas ditaduras no Brasil e/ou em outros países da América Latina.



DEMOCRACIA É SÉRIE DADE
É NÃO MATAR
TRABALHADORES
COM ASSASSINATO
DE TRABALHADORES
NÃO HÁ DEMOCRACIA

PROMOÇÃO



APOIO



ORGANIZAÇÃO



INFORMAÇÕES Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT

CEDOC@CUT.ORG.BR | +55 11 2108-9213

<http://seminariomundodostrabalhadores.cut.org.br>